

A importância da Contabilidade Ambiental na Evidenciação de Investimentos Sustentáveis

*Mariana Ferreira Rossi*¹
*Ricardo Pereira Rios*²

Resumo

Atualmente a contabilidade ambiental vem adquirindo maior importância para a sociedade e investidores. Nota-se importância de evidenciar as informações adequadamente de forma que todos os interessados se socializem com os dados e se sintam confortáveis em investir em uma empresa transparente e sustentável, identificando os dados de eventos ambientais que geram informações que dão suporte aos usuários, auxiliando em tomadas de decisões voltadas aos processos sócios ambientais da organização. Com isso é possível analisar os indicadores de desempenho ambiental, dando suporte para definir informações quantitativas e qualitativas que permitirão a eficácia da empresa através de um controle que faça das atividades ambientais desejáveis às regras da sociedade. Assim sendo, o objetivo deste artigo é verificar se as empresas do seguimento de papel e celulose e petróleo estão divulgando corretamente as informações ambientais. Para elaborar este trabalho realizou-se uma pesquisa de caráter exploratória e descritiva, com uso de pesquisa bibliográfica e documental. Observou-se que a forma de evidenciar as informações ambientais são incompletas e insuficientes.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Evidenciação; Sustentabilidade; Impacto Ambiental; contabilidade ambiental;

INTRODUÇÃO

Neste trabalho é proposto um estudo em empresas que utilizam bens naturais para realizar investimentos nas organizações, e a importância da evidenciação para a

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque, 2013.

² Mestre em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Pós Graduado em Gestão Empresarial pela Universidade Nove de Julho, Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque. Atua na área Contábil Tributária há 20 anos. Professor Universitário, atuando também como docente em cursos e palestras com temas voltados área contábil tributária há mais de 05 anos. Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque. Co-autor do livro: "Normas e Práticas Contábeis: Uma introdução", obra premiada na categoria Livro de Contabilidade no "Troféu Cultura Econômica 2012" – Rio Grande do Sul.

contabilização ambiental, apontando os impactos causados pela falta de informações nas empresas do seguimento de papel e celulose e de petróleo.

A contabilidade ambiental apesar de parecer simples é complexa e vai muito além do contabilizar ‘árvores’. Existe todo um processo que é utilizado hoje por grandes organizações, que têm como obrigação social desenvolver trabalhos sustentáveis, balanços sociais, entre outros, além disso, é um tema que vem ganhando destaque, pois cada vez mais as empresas ‘modelo’ desenvolvem projetos sustentáveis.

Durante a elaboração da pesquisa será levantado o questionamento: as empresas analisadas estão evidenciando claramente as informações ambientais, conforme determinam as normas contábeis?

Pode-se chegar à conclusão, por meio de estudos preliminares, que as informações ambientais não ganham destaque como deveriam mediante a importância que o tema tem hoje para a sociedade e investidores.

Este trabalho tem como objetivo geral mostrar a forma como as empresas evidenciam as informações ambientais. O intuito é apontar a importância de se contabilizar as informações de forma clara e objetiva, tendo como objetivo específico mostrar por meio de pesquisa se as empresas do seguimento de papel e celulose e petróleo, demonstram como realmente deveriam as informações ambientais para a sociedade e investidores.

Para elaboração deste trabalho acadêmico será realizada uma pesquisa exploratória e descritiva com o intuito de familiarizar-se com o tema, além disso, será realizada uma pesquisa de caráter qualitativo com um estudo bibliográfico que visa buscar informações em fontes como livros, artigos e sítios da *internet*, bem como coletas de informações de relatórios internos das empresas Petrobrás, Klabin, e Suzano papel e celulose entre outras coletas de dados caracterizando uma pesquisa documental.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

A contabilidade ambiental vem ganhando destaque pela importância de evidenciar as informações adequadamente, de forma que todos os interessados se socializem com os dados e se sintam confortáveis em investir em uma empresa transparente e sustentável. A seguir apresenta-se referencial teórico sobre o tema.

1.1. CONCEITO DE CONTABILIDADE AMBIENTAL

Segundo Costa (2012) é possível definir a contabilidade ambiental como a ciência que estuda aspectos ambientais tais como os bens, direitos e obrigações existentes na organização tendo como objetivo principal esclarecer a situação da empresa voltada aos usuários internos e externos, informando-os sobre os acontecimentos ambientais que podem causar modificações no patrimônio da organização, tais como evidenciação e mensuração.

A contabilidade ambiental [...] tem por objetivo registrar e controlar toda e qualquer atividade desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, devendo ser registrada contabilmente em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos princípios fundamentais da contabilidade (COSTA, 2012, p. 32).

O autor afirma ainda que a contabilidade ambiental mensura e esclarece processos econômico-financeiros interligando-se com situações ambientais abordando a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, ocorrendo em determinados períodos que visam à evidenciação das situações patrimoniais da organização.

Para ele, a contabilidade ambiental poderá identificar os dados de eventos ambientais que geram informações que dão suporte aos usuários, auxiliando em tomadas de decisões voltadas aos processos sócio-ambientais da organização. Com isso é possível analisar os indicadores de desempenho ambiental, dando suporte para definir informações quantitativas e qualitativas que permitirão a eficácia da empresa através de um controle que faça das atividades ambientais desejáveis às regras da sociedade, uma vez que os registros que são destacados para a contabilidade ambiental representam os fatos ocorridos mediante os processos das atividades operacionais e não operacionais.

A contabilidade terá que lidar com uma nova realidade econômico-financeira das empresas, onde deve existir equilíbrio entre a atividade econômica e a exploração dos recursos naturais, através de uma correta mensuração dos impactos ambientais e dos seus reflexos na vida das empresas, das pessoas e da sociedade. A identificação e harmonização de princípios surge assim como uma necessidade dos dias de hoje, em que é preciso ver espelhado na informação constante das Demonstrações Financeiras a preocupação das empresas com a questão ambiental, que por facilidade e sistematização de conceitos designarei por “Contabilidade Ambiental”. (PEREIRA, 2007, p. 321).

Para o autor a preocupação com o meio ambiente vem crescendo constantemente, pois o impacto em longo prazo, caso essas informações não sejam computadas devidamente, poderá interferir diretamente na trajetória da empresa e da sociedade, pois a poluição ambiental vem ao longo do tempo se tornando tema de discussões devido ao impacto que causa no meio ambiente e na economia.

Ribeiro (2010) afirma que as empresas já interagem há longa data com o meio ambiente, pois organizações são sistemas abertos que utilizam constantemente recursos naturais. Sendo assim, é necessário que haja um controle para que não ocorram desencontros de informações, pois, cada vez mais a sociedade exige relatórios que indiquem de que forma são utilizados os bens naturais, uma vez que é um patrimônio de toda uma sociedade. O autor ainda afirma que os investidores estão cada vez mais atentos na postura das empresas, no que se refere às relações ambientais, pois analisam as informações disponibilizadas.

1.2. BALANÇO SOCIAL

As informações ambientais são disponibilizadas em relatórios denominados Balanços Sociais, que conforme Silva e Freire (2001, p.124):

(...) é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida.

Segundo Ribeiro (2010), o balanço social foi criado em 1977 na França e foi ganhando força nas organizações ao longo do tempo, acompanhado pelo entendimento da sociedade sobre seus direitos. A Contabilidade Ambiental vem ganhando força nas organizações e as empresas procuram passar um retorno à sociedade com as demonstrações de seus balanços preocupando-se em:

(...) ser adequadamente compensada pelos esforços que depende na condução das atividades de uma empresa, ter garantia e continuidade da vida saudável e exigir que os recursos utilizados pelo governo no incentivo de algumas atividades econômicas produzam, efetivamente, benefícios para a comunidade. (RIBEIRO, 2010, p. 10)

A autora afirma ainda que a sociedade cada vez mais está exigindo transparência nas informações ambientais. As empresas estão se preocupando em mostrar aos consumidores sua

participação na responsabilidade social, com relatórios explicando a maneira como os recursos naturais são utilizados e como são recolocados no meio ambiente pelas empresas.

Para Ribeiro (2010), na medida em que foi colocado nas organizações o Balanço Social, foi interligando as informações para aspectos que relacionam a sua ligação com o meio ambiente natural. Com isso foi analisada a responsabilidade da empresa com a sociedade, disponibilizando relatórios contendo as seguintes informações:

O valor adicionado à economia e à sociedade; A gestão de recursos humanos: benefícios proporcionados a mão de obra empregada; A interação com o meio ambiente: impactos e benefícios de suas atividades sobre o meio natural, bem como os efeitos negativos desse meio de seu patrimônio; A interação com a sociedade: relacionamento com a circunvizinhança – benefícios proporcionados e impactos causados. (RIBEIRO, 2010, p. 15)

Explica também que todas as informações contidas no Balanço Social, são voltadas a esclarecimentos para a sociedade, que se interessa em saber como as organizações utilizam os recursos naturais.

Costa (2012), afirma que o crescimento da contabilização ambiental se deu devido à escassez dos recursos naturais. Isso fez com que a poluição se tornasse foco de debates sócio-ambientais e econômicos, fazendo as empresas tomarem medidas para diminuir o impacto causado por suas produções para o meio ambiente e a população.

1.3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Segundo Machado (2007), conceitua-se responsabilidade social como sendo não fixa, que varia conforme a cultura e intenção da empresa, onde o aspecto político e econômico da sociedade varia conforme o tempo e a intenção.

Para a autora, o desenvolvimento conceitual de responsabilidade social é que não existe empresa sem sociedade e ambiente, sendo assim para que os atos se caracterizem responsabilidade, as organizações devem atender às necessidades da comunidade onde estão instaladas, devendo apresentar harmonia entre as expectativas econômicas da empresa e dos interesses da sociedade.

1.4. ATIVOS AMBIENTAIS

De acordo com Kraemer e Tinoco (2011), os ativos ambientais geralmente são aquisições de bens que possuem objetivo de controlar, preservar e recuperar o meio ambiente, pois quando existem gastos de natureza ambiental que se encaixam nas exigências de reconhecimento de um ativo, é necessário classificá-los dessa forma.

Conforme Silva (2009, p. 110) os ativos ambientais são formados:

(...) por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e preservação do meio ambiente, eles devem ser segregados em linha a parte das demonstrações contábeis. Assim não apenas a empresa deixaria transparecer suas ações como, ao mesmo tempo, permitiria ao usuário avaliar essas informações e compará-las aos demais elementos que compõem tais demonstrações.

O autor assevera que ativos ambientais podem ser interpretados como os gastos efetuados com conservação ambiental ou preservação e redução de danos ambientais, que são registrados e amortizados no decorrer de períodos correntes e futuros, pois atingem as exigências para reconhecimento parcial ou total de ativos.

Afirma ainda que, poderá ser registrado como gasto ambiental, quando for destinado a operações que identifiquem danos no meio ambiente que sejam inevitáveis possuindo a obrigação de ser retificado em algum momento futuro, podendo ser reconhecido como ativo permanente futuro estando ligado a um outro ativo, devendo ser incluindo como parte total desse ativo.

Silva (2009, p. 115) mostra que o escopo do ativo ambiental é:

Circulante (Disponibilidades ambientais, estoques ambientais, clientes ambientais, créditos ambientais); Realizável a longo prazo (as categorias, cujo prazo seja superior a um ano); Permanente (investimentos, participações em sociedades ambientais, reflorestamento para sequestro de carbono, créditos de carbono ou redução certificada de emissões (RCE), Imobilizado (instalações ambientais, equipamentos ambientais); Diferido (projetos de gestão ambiental, treinamento ambiental, gastos de reorganização ambiental).

Com isso o autor afirma que ativos ambientais são todos os bens e direitos da organização, que direta ou indiretamente estejam ligados ao desenvolvimento de processos voltados ao meio ambiente, onde todos os gastos que se ligarem aos ativos e tiverem uma conexão direta com o meio ambiente, serão denominados como ativo ambiental.

1.5. PASSIVOS AMBIENTAIS

Marion (2012) afirma que os passivos são obrigações que resultam de transações que originam recursos para a organização manter suas atividades, sendo as origens das operações econômicas e financeiras para as operações da empresa.

Machado (2007, par. 55) conceitua passivo ambiental como:

(...) qualquer obrigação de curto e longo prazos, destinados única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental.

A autora afirma que, os passivos ambientais são benefícios que serão sacrificados, quando houver obrigações contraídas para preservar e proteger o meio ambiente.

Kraemer e Tinoco (2011) dizem que os passivos ambientais são originados de atos ambientais responsabilizados pelo reconhecimento e uma obrigação que ocorreu derivada de um custo ambiental que é formado em períodos longos.

Segundo Silva (2009, p. 157) para se reconhecer um passivo ambiental é necessário:

(...) aquisição de ativos para contenção dos impactos ambientais (chaminés, depuradores de água química etc.); aquisição de insumos que serão inseridos no processo operacional para que este não produza resíduos tóxicos; despesas de manutenção e operação de departamento de gerenciamento ambiental, inclusive mão de obra; gastos de recuperação e tratamento de áreas contaminadas (máquinas, equipamentos, mão de obra, insumos em geral etc.); pagamentos de multas por infrações ambientais; gastos para compensar danos irreversíveis, inclusive os relacionados à tentativa de reduzir o desgaste da imagem da empresa perante a opinião pública etc.

Conforme Ribeiro (2010), os passivos ambientais devem ser informados em subgrupos específicos das exigibilidades, suas origens e deverão ser explicados em notas explicativas, por se tratarem de obrigações que interferem diretamente no meio ambiente, pois são originados dos desgastes naturais. A mensuração do passivo ambiental assim que identificada deverá imediatamente ser incluída no Balanço Social e em contas específicas.

Silva (2009) afirma que passivos ambientais são adquiridos mediante as obrigações que a empresa contrair de forma direta ou indireta, que futuramente exigirão a entrega de ativos, ou ainda benefícios econômicos, que terão ligação com atividades passadas ou presentes, que ligarão de alguma forma a empresa com o meio ambiente, que possivelmente acarrete danos ambientais.

1.6. DESPESAS E CUSTOS AMBIENTAIS

Segundo Silva (2009, p.189), despesa ambiental caracteriza-se como bens ou serviços que obrigatoriamente produzirão receitas, regra básica de contabilidade, “não existe despesa que não esteja associada a uma receita”, com isso despesas interferem no resultado, aumentando passivo e diminuindo ativo. Despesas ambientais são todas aquelas voltadas às atividades sustentáveis que irão impactar diretamente no uso de recursos naturais.

Para Ribeiro (2010, p.112), as despesas ambientais são “[...] todos os gastos que envolvem a gestão ambiental, consumidas no período e ocasionados na área administrativa”. Alguns exemplos de despesas ambientais são:

(...) investimentos ambientais de natureza permanente: móveis e utensílios. Os quais darão origem às despesas de depreciação de imobilizados; salários, depreciação, material de escritório., oncorridos (*sic*) em função das atividades das atividades da empresa que estejam relacionadas com o meio ambiente; Quantidade de horas trabalhadas e de insumos consumidos: no departamento de recursos humanos para seleção e recrutamento do pessoal da área ambiental.(RIBEIRO, 2010, p. 51)

Os custos ambientais, conforme Silva (2009) informa, surgem por efeito de criar, reconhecer, corrigir e prevenir desgastes ambientais podendo ser divididos em quatro categorias.

1.Custo de prevenção ambiental, que são todos os gastos que estão ligados a prevenção e produção de suplementos que protejam o meio ambiente; 2.Custo de detecção ambiental , que observa se os produtos e processos da empresa da empresa estão cumprindo com as normas ambientais apropriadas; 3. Custos de falhas ambientais internas, que são associadas a eliminação e gestão de contaminantes gerados no processo de produção; 4. Custos de falhas ambientais externas, que são decorrentes do despejamento de resíduos no meio ambiente. (SILVA, 2009, p. 221)

O autor afirma com isso que, os custos que são caracterizados têm o intuito de promover o entendimento facilitando a mensuração, de forma que se interliguem com a natureza e seus recursos naturais, fazendo assim com que o custo ambiental se torne mais tangível.

1.7. LEIS E ÓRGÃOS AMBIENTAIS

A contabilidade ambiental vem se tornando cada vez mais visada mediante a sociedade, e para esclarecer os direitos e deveres para a sociedade foram criadas leis que para Costa e Marion (2007), as principais são:

Costa e Marion (2007), afirma que a política do meio ambiente é regida pela lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que estabelece a análise de estudos que mostrem o impacto causado no meio ambiente por determinadas atividades de empresas que utilizam recursos naturais para o seu desenvolvimento, podendo poluir efetivamente o meio ambiente.

Segundo os autores (2007), a lei que identifica os crimes ambientais é a lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que sanciona as infrações penais e administrativas contra o meio ambiente, promovendo assim uma proteção. Caso seja omitida qualquer irregularidade ambiental, poderá caracterizar-se como um ato criminoso. É proibido omitir informações ambientais, como por exemplo um passivo ambiental, visto que poderá impactar seriamente na situação patrimonial da empresa.

Alguns órgãos são responsáveis por proteger e fiscalizar o meio ambiente e a forma como as empresas disponibilizam informações ou aplicam as regras. Um desses é o CONANA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que visa recepcionar as diferenças de ideias do país, disponibilizando um espaço para as mudanças ambientais. O conselho foi criado a partir da lei nº 6.938/98e e segundo informações disponibilizadas em *site* oficial do CONANA é sua responsabilidade:

estabelecer, mediante proposta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e Municípios e supervisionado pelo referido Instituto; estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição causada por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes; acompanhar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC conforme disposto no inciso I do art. 6º da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000; recomendar ao órgão ambiental competente a elaboração do Relatório de Qualidade Ambiental, previsto no inciso X do art. 9º da Lei 6.938, de 1981; deliberar, sob a forma de resoluções, proposições, recomendações e moções, visando o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente garante a representação das entidades profissionais, de âmbito nacional, com atuação na área ambiental e de saneamento.

Para Costa e Marion (2007, p. 25), vale ressaltar as normas ISO 14010, 14011 e 14012, que respectivamente significam:

A ISO 14010 refere-se aos princípios gerais a serem aplicados nas auditorias ambientais; A ISO 14011 apresenta os procedimentos de auditoria ambiental a serem utilizados no sistema de gestão. E a ISO 14012 define os critérios de qualificação para os auditores ambientais.

Os autores afirmam que as normas ISO visam conhecer as ações ambientais das empresas, para assim estabelecer processos de melhoramento contínuo, envolvendo toda a empresa em um único objetivo, que é o de proteger o meio ambiente dos impactos causados pelas empresas.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), segundo Costa (2007), foi criado pela lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989, que consagrou o IBAMA como uma autarquia de regime federal. É uma conexão da, Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), Superintendência da Pesca (SUDEPE), e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ficando responsável por toda a fiscalização de flora e fauna de âmbito federal.

1.8. EVIDENCIAÇÃO E INFORMAÇÕES DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Kraemer e Tinoco (2011), indicam que a evidenciação contábil tem como objetivo principal divulgar as informações contábeis do desenvolvimento econômico, financeiro, social e ambiental das empresas a fins de proporcionar aos investidores, sociedade e investidores, relatórios esclarecendo de forma clara e objetiva os processos da organização.

Para Costa e Marion (2007), as empresas se preocupam em evidenciar as informações ambientais e de responsabilidade social, com o intuito de agregar a sua imagem confiabilidade, pois, uma vez que tornam claras as informações, podem auxiliar em tomadas de decisões dos investidores.

Ribeiro (2010, p.111) afirma que:

os ativos ambientais devem ter classificação, controle e divulgação destacadas nos grupos do Ativo. Quanto aos passivos ambientais, também devem ser informados de maneira segregada, em subgrupos específicos das exigibilidades. As notas explicativas deverão ser utilizadas para discriminar a composição e respectivos

valores dos passivos ambientais ou quando não for possível uma mensuração adequada, mas, porém, quando existir uma obrigação relevante, ela deverá constar do próprio balanço patrimonial.

A autora acrescenta que é necessário obter um controle referente às informações contábeis ambientais, pois são consideradas uma das ferramentas que possibilitam o controle e preservação do meio ambiente.

As Normas Brasileiras de Contabilidade apontam em sua resolução nº 1003 de 19 de agosto de 2004, que é obrigatória a apresentação de informações de caráter social e ambiental, assumindo uma forma complementar na contabilidade, a fim de proporcionar aos interessados informações claras para evidenciar a importância da contabilidade ambiental, pois o impacto causado por utilizar recursos naturais, pode refletir em investimentos futuros. As informações de natureza social e ambiental são disponibilizadas em balanços sociais.

Além do balanço Social existe o modelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que evidencia principalmente investimentos ambientais relacionados com produção e operação da empresa e investimentos que coordenam projetos externos com foco em metas e questões ambientais.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Expõe-se a seguir a metodologia aplicada no presente estudo.

2.1. TIPO DE PESQUISA

Este estudo defende o conceito de pesquisa exploratória a medida que aborda o assunto explorado. Conforme Gil (2010, p.27) "[...] as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses."

Caracterizou-se ainda como descritivo, pois, foram analisadas e utilizadas as informações contidas nos balanços sustentáveis, sociais e em notas explicativas das empresas pesquisadas, disponíveis no *site* da Bovespa, CVM e sítios oficiais das empresas.

Neste trabalho foram utilizados procedimentos de pesquisa documental. Conforme Gil (2002, p. 45) "a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa". Para consecução da pesquisa documental, foram verificadas 03 companhias de Revista Eletrônica Gestão e Negócios – Volume 5 – nº 1 - 2014

capital aberto de seguimentos diferentes, porém que utilizam-se de recursos naturais para o desenvolvimento de suas atividades.

2.2. COLETA DE DADOS

A seleção das empresas teve como base as matérias-primas utilizadas por elas mesmas e levou-se em consideração o impacto que essas organizações causam no mercado. Em se tratando de companhias de capital aberto os investidores cada vez mais se atentam a dados ambientais com o intuito de saber se a empresa é correta ecologicamente.

Na coleta de dados foram realizadas por meio do acesso ao *site* da Bolsa de Valores (Bovespa), Comissão dos Valores Mobiliários (CVM) e *sites* oficiais analisando-se individualmente as 03 empresas selecionadas, através das demonstrações financeiras padronizadas (DFP), dos balanços sociais e sustentáveis dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012. Procurou-se identificar com o auxílio das notas explicativas qual a importância e como é disponibilizada a evidenciação e mensuração dos dados ambientais.

2.3. BREVE HISTÓRIA DAS EMPRESAS

PETROBRÁS S/A

A Petrobrás foi criada em 1953, tendo como principal atividade o desenvolvimento de tecnologia para exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas, onde estão mais de 90% de suas reservas. A partir de 2003 foram iniciadas as atividades com responsabilidade socioambiental e por isso a empresa está entre as mais sustentáveis do mundo.

Pelo desenvolvimento e crescimento com a preocupação com o meio ambiente foi alinhado ao Plano Estratégico e ao Plano de Negócios da organização, o Programa Petrobrás Ambiental, que confirma o compromisso da companhia em contribuir para a implementação do desenvolvimento sustentável, estratégia que se evidencia no intuito integrado dos processos produtivos e do meio ambiente. Por meio de sua política de patrocínio ambiental, a Petrobrás investe em iniciativas que visam à proteção ambiental. Com isso a iniciativa é caracterizada por atuar em temas ambientais relevantes para a Petrobrás e para o país,

articulando iniciativas que contribuem para criar soluções e oferecer alternativas com potencial transformador e em sinergia com políticas públicas.

A pesquisa mostra que de 2003 a 2008, o Programa Petrobrás Ambiental investiu mais de R\$ 150 milhões em projetos de pequeno, médio e grande portes desenvolvidos em parceria com organizações da sociedade civil de todo o país, abrangendo dezenas de bacias, ecossistemas e paisagens na Amazônia, Ccatinga, cerrado, mata atlântica e pantanal.

A Petrobrás Ambiental aperfeiçoa o sistema de monitoramento e controle dos investimentos em patrocínios ambientais da Companhia ao agregar indicadores e metas de desempenho. (Sítio Petrobrás S/A)

SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A

No mercado desde 1925, a empresa é a segunda maior produtora de celulose e eucalipto na América Llatina. Para ampliar conhecimentos e potencializar experiências bem-sucedidas, a empresa alinhou todas as ações ao Plano Diretor de Sustentabilidade, que foi elaborado em 2010 em parceria com o Instituto Ecofuturo, o objetivo do plano é incorporar a sustentabilidade na estratégia do negócio, para serem reconhecidos como referência no tema. Para isso, foi criado um conceito denominado *tripple bottom line* – ou seja, mais do que contemplar as questões econômicas, ambientais e sociais, o Plano incluiu as dimensões de inovação na governança e comunicação, trazendo norteadores para ações de todas as áreas da empresa. O Plano se traduz em projetos e programas corporativos adaptados às necessidades regionais.

Foi criado um modelo, onde se articulou a criação do Conselho Consultivo Suzano de Sustentabilidade, que é integrado por lideranças internas e externas, com o intuito de aperfeiçoar as ações socioambientais e orientar a adoção de práticas sustentáveis em todas as atividades da empresa. (Sítio da Suzano Papel e Celulose S/A)

KLABIN S/A

A Klabin é considerada a maior produtora e exportadora de papéis do Brasil.

Foi apontada como líder nos mercados de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais. Também produz e comercializa madeira

em toras. Em 1899 foi fundada, possuindo atualmente 17 unidades industriais no Brasil - distribuídas por oito estados - e uma na Argentina.

A Klabin conduziu seus negócios segundo um modelo de gestão ambiental que busca harmonizar a produção industrial e a preservação dos recursos naturais. Em linha com sua Política de Sustentabilidade, adota e incentiva, entre seus colaboradores e parceiros, a prática dos 3 Rs: Reduzir, Reusar e Reciclar, desenvolvendo ações para aperfeiçoar continuamente seus produtos e serviços, bem como controlar e monitorar os impactos de suas operações no meio ambiente. Assim, contribui para a construção de um futuro melhor para as próximas gerações, e, adicionalmente, obtém ganhos com a redução de consumo de água, energia elétrica e matérias-primas. (Klabin S/A)

2.4. ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE (ISE)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) criou um ambiente de investimento compatível com as procuras de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea, estimulando a responsabilidade ética das corporações. Iniciou-se em 2005, sendo originalmente financiado pela *International Finance Corporation* (IFC), com apoio financeiro do Banco Mundial, e seu desenho metodológico é responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP).

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas.

Quadro 1 Empresas participantes do ISE

EMPRESAS	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)	SITUAÇÃO
KLABIM	SIM	ATIVA

PETROBRÁS	EXCLUÍDA	EXCLUÍDA
SUZANO	SIM	ATIVA

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados levantados

O quadro acima indica as empresas participantes do ISE, que para o olhar analítico dos investidores é de extrema importância para a evidenciação e clareza das informações ambientais. A empresa Petrobrás foi excluída do ISE, em 2008, devido ao mal comportamento e não cumprimento de normas do CONANA, e por não ter colaborado com a diminuição de enxofre no diesel do país, que é prejudicial à saúde. As empresas Klabin e Suzano continuam incluídas na BOVESPA participando da listagem de empresas que predominam a sustentabilidade no país.

3. RESULTADOS

Os quadros abaixo foram inspirados no artigo “A uniformidade na Evidenciação das informações Ambientais” de Rodrigo Simão e José Carlos Marion publicado em 2007, com o intuito de comprovar a importância da evidenciação de investimentos sustentáveis e a forma com que é feita. Os quadros abaixo são uma reprodução dos quadros utilizados no artigo já mencionado acima. Todos os itens considerados como requisitos de divulgação foram extraídos do trabalho e validados com as normas e práticas contábeis.

Quadro 2 Informações Ambientais observadas durante a análise

INFORMAÇÕES AMBIENTAIS OBSERVADAS DURANTE A ANÁLISE	KLABIN 2011/2012	PETROBRAS 2011/2012	SUZANO 2011/2012
Descrição Detalhada das Etapas de Produção	-	x	-
Descrição dos Equipamentos Utilizados em Cada Etapa de Produção	-	-	-
Detalhes sobre o Seguro dos Ativos	-	x	-
Atividades de Recuperação Ambiental que fazem parte da Produção	x	x	x
Valor dos Investimentos Realizados em Projetos Ambientais	x	x	x
Especificação dos Investimentos Aplicados nos Projetos Ambientais	-	-	x
Projeção dos Ganhos Ambientais e/ou Áreas de Investimentos	-	-	-
Fontes de Financiamento	x	x	
Detalhamento das Etapas de Tratamento de Resíduos Líquidos	-	x	-
Detalhamento das Etapas de Tratamento de Resíduos Gasosos	-	x	-
Detalhamento das Etapas de Tratamento de Resíduos Sólidos	-	x	-
Práticas de Preservação Ambiental	x	x	x
Pesquisas e Tecnologias na Área Ambiental	x	x	x
Programas de Capacitação de Empregados	-	x	-
Investimentos em Programas Sociais	x	x	x

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados levantados

O quadro acima tem como objetivo evidenciar um resumo das informações contidas nos relatórios ambientais das organizações apontando essas informações como importantes na composição dos relatórios. As informações analisadas que foram encontradas na pesquisa estão marcadas com “X”.

Quadro 3 Informações complementares

INFORMAÇÕES SOBRE:	KLABIN 2011/2012	PETROBRAS 2011/2012	SUZANO 2011/2012
Auditoria Ambiental	-	x	-
Ganhos Ambientais obtidos por Práticas Ambientalmente Corretas	-	-	-
Seguro dos Ativos	-	x	-
Pesquisas e Tecnologias na Área Ambiental	x	x	x
Licenciamentos e/ou Certificações Ambientais	-	x	-
Custos Ambientais	x	-	-
Programas Sociais e/ou Ambientais	x	x	x

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados levantados

O quadro acima representa algumas informações consideradas complementares, pois auxiliam na interpretação da veracidade dos dados contidos nos relatórios, são dados que comprovam o quanto a empresa é comprometida com o meio ambiente. As informações analisadas que foram encontradas na pesquisa estão marcadas com “X”.

Quadro 4 Relatórios Divulgados

RELATÓRIOS DIVULGADOS	KLABIN	PETROBRAS	SUZANO	2011	2012
BALANÇO SOCIAL	-	-	-	-	-
RELATORIO ANUAL	-	-	-	-	-
RELATORIO SUSTENTABILIDADE	x	x	x	x	-

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados levantados

O quadro acima demonstra os relatórios encontrados na pesquisa, são relatórios que compõe todas as informações ambientais, que no desenrolar da pesquisa foi constatado que todos os relatórios citados no quadro foram sintetizados em um único relatório denominado relatório de sustentabilidade. As informações analisadas que foram encontradas na pesquisa estão marcadas com “X”.

Quadro 5 Sites Oficiais *versus* Bovespa/CVM

Informações ambientais disponibilizadas através dos <i>sites</i> da BOVESPA/CVM	Empresas que mencionaram as informações ambientais no <i>site</i> da Bovespa/CVM	Empresas que mencionaram as informações ambientais nos <i>sites</i> oficiais
Descrição Detalhada das Etapas de Produção	-	PETROBRAS 2011/2012
Descrição dos Equipamentos Utilizados em Cada Etapa de Produção	-	-
Detalhes sobre o Seguro dos Ativos Atividades de Recuperação Ambiental que fazem parte da Produção	-	PETROBRAS 2011/2012
Valor dos Investimentos Realizados em Projetos Ambientais	PETROBRAS, KLABIN 2011/2012	-
Especificação dos Investimentos Aplicados nos Projetos Ambientais	SUZANO 2011/2012	PETROBRAS 2011/2012
Projeção dos Ganhos Ambientais e/ou Áreas de Investimentos	KLABIN/SUZANO 2011/2012	-
Fontes de Financiamento	PETROBRAS/KLABIN 2011/2012	PETROBRAS 2011/2012
Detalhamento das Etapas de Tratamento de Resíduos Líquidos	SUZANO 2011/2012	SUZANO 2011/2012
Projeção de passivos ambientais	-	PETROBRAS 2011/2012

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados levantados

O quadro acima exemplifica algumas das informações mais importantes que devem ser disponibilizadas nos relatórios tanto nos sítios oficiais quanto nos sítios públicos para que os investidores e pessoas interessadas a fim de deixar às claras a forma como são manuseados os recursos naturais, os impactos causados para o meio ambiente e as prevenções realizadas para minimizá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, após realizada esta pesquisa que as empresas estudadas não apresentam de forma completa as informações ambientais. As informações são fornecidas de forma muito escrita em relato e afirmam que todos os procedimentos e exigências são realizados conforme as normas e legislações de acordo com o noticiário (jornais, artigos da *internet*), e com a verificação dos relatórios, descobriu-se que os impactos causados pela utilização dos recursos naturais não são evidenciados como deveriam. De certa forma os investidores acabam recebendo informações incompletas e simples, uma vez que o meio ambiente vem ganhando destaque cada vez maior pelo impacto recente e futuro que causa no mundo e em toda a

sociedade. Nos relatórios, as empresas estudadas apresentam em forma textual uma empresa comprometida com o meio ambiente e preocupada em investir no quesito para melhorar o desempenho sócio ambiental, porém, ao pesquisar mais a fundo a situação das organizações, notou-se que existem informações que contradizem os resultados dos relatórios, por exemplo, a Petrobras S.A, ganhou o 1º “Prêmio Excelência Profissional em Convergência Contábil – IFRS”. Em suas demonstrações apresenta uma escrita bonita que ilustra aos investidores que é uma empresa totalmente comprometida com o meio ambiente e a sociedade, porém, a Petrobrás foi excluída do índice de sustentabilidade empresarial (ISE), por não ter reduzido o teor de enxofre do diesel. Recebeu diversas multas anuais por deslizos e descumprimentos das regras ambientais. Destina no balanço social, hoje embutido do relatório de sustentabilidade, um espaço irrisório para esclarecer os trâmites ambientais, o que deixa a dúvida da veracidade das informações e até que ponto de fato as empresas são comprometidas com o meio ambiente. Mais ainda em comparação às empresas analisadas é a empresa que mais aborda assuntos ambientais de forma teórica.

A Klabin investe pouco no meio ambiente, cerca de 3% apenas, sendo que em esporte a empresa investe 7%. Em comparação com a importância de cada quesito a desvantagem observada em relação ao meio ambiente é eminente. A empresa diz que de 100% das florestas, 90% são avaliadas como nativas e avalia a cada três meses os ativos biológicos para medir os desgastes com a quantidade de madeira cortada, mas não evidencia esses dados no balanço social, disponibilizando um espaço pequeno para tratar dos assuntos ambientais.

A Suzano é uma empresa que aparenta ser comprometida como meio ambiente, pois destina 40% dos plantios para preservação ambiental referente a 297 mil hectares de floresta. Foi a única empresa analisada que evidenciou perdas e ganhos dos ativos ambientais. Essas informações foram ilustradas de forma textual.

A empresa evidenciou de forma irrisória os dados ambientais nos balanços sociais. Contudo, observou-se que ao comparar as considerações desta pesquisa, as considerações não fogem dos dados encontrados no estudo realizado por Rodrigo Simões e Jose Carlos Marion em 2007. Os anos se passaram e a forma de evidenciar as informações ambientais não se alteraram, as empresas continuam disponibilizando-as de forma incompleta e insuficiente.

Sendo assim, existe a necessidade de melhorar a forma com que são evidenciadas as informações ambientais, para que de fato os investidores e a sociedade se informem de maneira clara e objetiva, uma vez que o meio ambiente e os impactos causados pelos

desgastes da exploração dos recursos naturais são de interesse geral da sociedade. Dessa forma a contabilidade ambiental ganharia mais crédito e a profissão contábil maior valor por contribuir para que os interessados nas informações contábeis possam ter melhor conhecimento na evidenciação e comprometimento real das empresas com o meio ambiente.

Referências

BOVESPA. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br> > Acesso em: 19 Abril de 2013.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>> Acesso em: 19 Abril 2013.

CONANA. Conselho Nacional do Meio Ambiente, Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>> acesso em: 28 de Jan 2013.

CONSULTOR JURIDICO , **Petrobras fecha acordo para reparar danos ambientais.** 30 de Abril 2012, 7 par. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-abr-30/petrobras-pagar-100-milhoes-danos-ambientais>> Acesso em: 17 de Maio 2013.

COSTA, Alexandre Gehm da Costa. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Atlas, 2012, p. 2-104.

COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos, **A uniformidade na evidenciação das informações ambientais.** Dissertação Programa de Educação da Pontifca Universidade Católica de São Paulo, 2007, p. 25-28.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010. p. 77-85.

GLOBO NOTICIAS G1. **Petrobras vai recorrer de multa por vazamento de óleo em SP, Cetesb autuou estatal em R\$ 10 milhões pelo acidente em São Sebastião.** 9 de Abril de 2013, 14 par. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2013/04/petrobras-vai-recorrer-de-multa-por-vazamento-de-oleo.html>> Acesso em: 17 de Maio 2013.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE). Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>> acesso em: 22 de Fev 2013.

KLABIN S/A. Disponível em: <<http://www.klabin.com.br/pt-br/sustentabilidade/default.aspx> > Acesso em: 22 Fev 2013.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira; TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 17-145.

MACHADO, Carla Mara. Contabilidade Ambiental: O papel da contabilidade na evidenciação de investimentos, custos e passivos ambientais. **Infomedica**. (2007) 186 par. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/uniethos/documentos/contabilidade_ambiental.pdf> Acesso em: 07 de Jan de 2013.

MARION, José Carlos; et. al. **Normas e práticas contábeis**. São Paulo: Atlas, 2012. p. 328-356.

PEREIRA, Ana Carla Felipe. A contabilidade Ambiental a sua revolução no relato financeiro. **Infomedica**. (2007) 80 par. Disponível em: <http://www.apotec.pt/fotos/jornais/out2007_1192526928.pdf#page=12> Acesso em: 20 de Nov de 2012.

PETROBRÁS. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/minisite/ambiental/>> Acesso em: 22 de Fev de 2013.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 05-182.

SÁ, Nívea Vasconcelos de Almeida; et. al. **Diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Roque, 2012. 90 p. Faculdade de Administração de Ciências Contábeis de São Roque.

SILVA, Benedito Gonçalves Da. **Contabilidade ambiental sobre a ótica da contabilidade financeira**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 35-269.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. **Balanco social teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 124.

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO, **Sindcont-SP prestigia 1ª edição do Prêmio IFRS**, 27 de fevereiro 2013, 15 par. Disponível em: <<http://www.sindcontsp.org.br/view/paginas.php?idTexto=13088&id=38>> Acesso em: 17 de Maio 2013.

SUSANO PAPEL E CELULOSE. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/nosso-compromisso.htm>> Acesso em: 22 Fev 2013.